



MUNICIPIO DE ROQUE GONZALES

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Vereadores do Exercício de 2021.

1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

2 - Critérios na elaboração das demonstrações contábeis e informações complementares¹

2.1- Receitas e Despesas

A Entidade não possui receita própria e as despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para as despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. Assim a despesa liquidada foi de R\$ 935.078,81 (Novecentos e Trinta e Cinco Mil, Setenta e Oito Reais, Oitenta e Um Centavos).

2.2- Créditos especiais e extraordinários

Dotação Inicial	R\$ 1.104.800,00
Atualização Monetária	R\$ 0,00
Créditos Suplementares	R\$ 55.386,22
Reduções	R\$ 205.386,22
Valor Atualizado	R\$ 954.800,00



MUNICIPIO DE ROQUE GONZALES

2.3- Disponibilidade Financeira

A disponibilidade de caixa bruta no valor de R\$ 22.963,607 refere-se a recursos livres no valor de R\$ 18.670,20 para cobertura de restos a pagar processados de R\$ 12.395,11 e R\$ 4.293,40 para cobertura de despesas extra orçamentárias. O valor da disponibilidade de caixa líquida foi lançada em outras obrigações a curto prazo (repasse recebido- diferido/R\$ 6.275,09).

2.4 – Imobilizado

No ativo imobilizado todos os bens foram depreciados. Os ativos imobilizados adquiridos são depreciados a partir do mês de aquisição. O percentual de depreciação oscila de acordo com a vida útil do bem.

O inventário de bens, até a data de 31 de dezembro, não foi concluído.

2.5- Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2021 há lançamento na conta de ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 412,29, que se refere a correção de lançamento ocorrido quando implantação do PCASP 2013/2014.

2.6- Restos a Pagar

As despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2021, foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da lei nº 4.320/1964, e escrituradas como restos a pagar processados (R\$ 12.395,11). Durante o exercício, foram consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, também aquelas inscritas em restos a pagar não processados, que foram inscritos com base nos saldos credores de empenhos não liquidados, nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único da Lei Federal nº 4.320/1964. No exercício de 2021 não há saldos de restos a pagar não processados.



MUNICIPIO DE ROQUE GONZALES

2.7- Repasses Recebidos

De acordo com a Portaria STN nº 339/2201, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuadas em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes. No exercício de 2021 foi repassado ao Poder Legislativo o montante de R\$ 937.430,60(Novecentos e Trinta e Sete Mil, Quatrocentos e Trinta Reais, Sessenta Centavos). O valor saldo inicial conta bancária(valor diferido 2020) foi de R\$ 3.923,30(Três Mil, Novecentos e Vinte e Três Reais, Trinta Centavos).

2.8- Estoques

Na entidade da Câmara de Vereadores não há controle de estoques.

2.9- Fornecedores e Demais Obrigações a Curto Prazo.

Compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. Na entidade da Câmara Municipal de Vereadores há saldo fornecedores no valor de R\$ 12.395,11, valor referente valores restituíveis (consignados) no valor de R\$ 4.293,40 e o saldo financeiro que não foi devolvido ao executivo no final do exercício no valor de R\$ 6.275,09.

Roque Gonzales, 31 de Janeiro de 2022.

Bel. Viviane Maria Luft
Contadora CRCRS 070921/O-4
CPF: 986.959.830-72